

Fórmula de Sarney cria primeiro-ministro fantoche

Sob o nome de emenda Borges da Silveira, deputado do PMDB do Paraná, começou a tramitar há uma semana na Constituinte a proposta parlamentarista desejada pelo presidente José Sarney. Elaborada com sugestões do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que chegou a indicar até os constitucionais que deviam ser sondados, essa proposta dá um mandato de seis anos para o presidente e centraliza em suas mãos todos os poderes do governo. O primeiro-ministro é apenas um auxiliar do presidente, antecipa o primeiro artigo da proposta.

Cópias da emenda foram entregues sábado passado ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, logo depois do encontro que eles tiveram com Sarney. Quem levou as cópias xerográficas aos dois foi o primo do presidente, deputado Alberico Filho (PMDB-MA), que é também presidente da Subcomissão do Poder Executivo. "Esse é o único parlamentarismo possível num Brasil real", disse em defesa da proposta o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, um dos que levaram as sugestões de Saulo Ramos para o projeto.

Indireta — O modelo de Sarney tem novidades que o tornam diferente de tudo quanto se fez em matéria de parlamentarismo. Começa deixando a salvo da moção de desconfiança os ministros militares — Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, SNI e Gabinete Militar — e os ministros das Relações Exteriores e do Gabinete Civil, além do consultor e do procurador geral da República. Com a extinção da figura do vice-presidente, que não existe no parlamentarismo, nos casos de impedimento ou vacância, a Presidência será exercida provisoriamente pelo primeiro-ministro.

Outra novidade é a restauração da eleição indireta para presidente da República, no caso do cargo ficar vago nos últimos dois anos do mandato presidencial. Trinta dias após vacância, o Congresso elegerá, por maioria absoluta, o sucessor, mediante escrutínio secreto, como no tempo do Colégio Eleitoral. Para a sucessão normal, funcionará a eleição direta e secreta. A emenda Borges da Silveira inventa também a "moção construtiva de censura", mediante a qual, na terceira vez que o parlamento rejeitar o nome do primeiro-ministro, terá que apresentar um candidato ao cargo.

Seis anos — Mas a tônica do projeto está na completa dissonância com o anteprojeto apresentado na Constituinte pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo. Enquanto Fogaça dá ao presidente da República a responsabilidade pelo Poder Executivo, ressalvando que sua autoridade é exercida através do conselho de ministros, a emenda Borges da Silveira concentra todos os poderes do governo nas mãos do presidente. Só por nove vezes o primeiro-ministro merece referência, nos 23 artigos que o projeto dedica ao Executivo.

O primeiro artigo diz: "O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro-ministro e dos seus ministros de Estado e a participação do conselho de ministros". Enquanto o projeto de Fogaça limita a quatro anos o mandato presidencial, o de Borges da Silveira estende a seis, também proibindo a reeleição. No nono capítulo, ele deixa claro que a direção superior da administração federal é competência privativa do presidente da República e no 17º artigo, limita a ação do primeiro-ministro às atribuições de um funcionário bem graduado do Palácio do Planalto: a coordenação das atividades administrativas.

Cheio de minúcias, o projeto estabelece também que os ministros de Estado devem preencher os requisitos exigidos dos parlamentares, como idade, exercício de direitos políticos, cidadania brasileira. Para o cargo de consultor geral da República, no entanto, o presidente deve fazer sua escolha atendendo às condições exigidas para a investidura dos ministros do Supremo Tribunal Federal, como reputação ílibada e conhecimento jurídico. Mas o artigo não esclarece como será a escolha do procurador geral da República.

Dedo de Saulo — Borges da Silveira orgulha-se de ter mantido no projeto a dupla condição de que hoje está investido o presidente Sarney: chefe de estado e chefe de governo. Diz que começou a fazer seu trabalho sozinho, mas logo ganhou a ajuda dos Deputados Mendes Ribeiro (RS), Marcos Lima (MG), Expedito Santana (CE) e também do líder Carlos Sant'Anna (BA), que como ele integram, no PMDB, o grupo *centro-democrático*, que se opõe ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

"Sant'Anna chegou com a idéia de colocar no meu projeto o mandato presidencial de seis anos. Minha idéia inicial era cinco anos", conta, ressaltando que, até o líder do governo começar a trazer as orientações do consultor Saulo Ramos, seu projeto era muito mais parlamentarista do que é hoje.



- O primeiro-ministro é apenas um auxiliar: o presidente da República acumula funções de chefe de Estado e chefe do Governo
- Oito ministros, entre eles os militares, ficam a salvo de moções de desconfiança do Congresso
- O presidente da República terá mandato de 6 anos
- A eleição para presidente volta a ser indireta
- Não existirá mais o vice-presidente da República

Borges da Silveira Emenda pode ser passaporte para a Saúde

Exercendo pela terceira vez o mandato de deputado federal, Borges da Silveira (PMDB-PR) vê na paternidade do modelo de parlamentarismo desejado por Sarney a chance de chegar ao Ministério da Saúde. Toda vez que se fala reforma ministerial, ele e Euclides Scalco se habilitam para o cargo, mas a vaga não sai nunca para o Paraná, informa um amigo de ambos. Aos 47 anos, médico clínico em Pato Branco (PR), Borges da Silveira diz que é parlamentarista desde 1980. "Gosto desse sistema tanto quanto de dançar bolero", diz.

Foi como estudante de medicina que ele começou a se interessar por política. Aos 24 anos, já criava problemas para os coronéis que mandavam em Pato Branco, onde ele chegou empenhado em implantar uma política de higiene. Mas foi mesmo pela Arena, o antepassado do PDS, que esse paranaense se elegeu para o seu primeiro mandato em 1978. Dois anos depois, aproximou-se do senador Affonso Camargo para ajudá-lo a organizar o PP, quando então levou sua família de volta para o Paraná.

Centro Democrático — Tancredo Neves se decidiu pela incorporação do PP ao PMDB, e Silveira voltou a morar em Brasília, mas não conseguiu mais trazer a família de volta. Hoje, viaja toda sexta-feira para passar o fim de semana com a mulher e os três filhos. Além do projeto de parlamentarismo, sua grande preocupação é com o fortalecimento do grupo Centro Democrático, do qual faz parte, dedicado a combater as decisões isoladas no partido tomadas por Ulysses Guimarães.

Hoje, Borges da Silveira é também coordenador da bancada do Paraná no Congresso, mas foi na condição de integrante do grupo Centro Democrático que ele já esteve mais de uma vez com o presidente Sarney, sempre defendendo suas idéias parlamentaristas. Quando ninguém falava nesse assunto, ele foi ao plenário da Câmara dizer que essa era a melhor solução para a transição democrática. Em sua opinião, esse é o único regime em que "o povo não fica na mão de um só governante".

Presidente já não quer saber quanto tempo vai governar

BRASÍLIA — O presidente José Sarney não quer mais que a Aliança Democrática (PMDB e PFL) defina já o tempo de seu mandato, por considerar que a questão está prejudicando os trabalhos da Constituinte e que a prioridade deve ser o combate à crise econômica.

Sarney comunicou sua decisão ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, em audiência no Palácio do Planalto, informando também que pretende anunciar, nos próximos dias, um novo plano de desenvolvimento econômico, em elaboração da Secretaria de Planejamento. "Estou me convencendo de que você tem razão, governador. A questão de meu mandato não é tão urgente como eu imaginava", disse Sarney, segundo relato de Quércia.

Sarney assegurou ainda a Quércia que prosseguirá a reforma ministerial "nos próximos dias" e que o Ministério da Indústria e do Comércio ficará com São Paulo. Segundo Quércia, a nova etapa da reforma ministerial será "mais abrangente do que se imagina" e visa reforçar o apoio do governo ao Congresso.

Acordo — O governador Moreira Franco comunicou ao presidente José Sarney, durante jantar ontem à noite, no Palácio da Alvorada, que 70% da Aliança Popular e Democrática — a coalizão partidária que o ajudou a vencer as eleições — são favoráveis a um mandato presidencial de cinco anos e à imediata celebração de um amplo acordo nacional que garanta sustentação política e institucional ao seu governo. A comunicação foi feita com base em uma reunião entre Moreira e 22 dos 29 integrantes da bancada fluminense na Constituinte — 15 deles disseram aceitar os cinco anos — presente até o deputado Feres Nader, em vias de trocar o PDT pelo PMDB.

Moreira apresentou ao presidente um projeto de saneamento das finanças e rolagem da dívida interna e externa do Rio, cujo conteúdo fez questão de manter em sigilo. Esteve também com o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, e com o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem levou apoio contra as investidas de setores do partido.

O encontro do governador com a bancada durou uma hora e meia. Dos 22 deputados consultados, apenas dois — Sotero Cunha (PDC) e Osvaldo Almeida (PL) — defenderam veementemente um mandato de quatro anos. Outros defensores dos quatro anos, como Ana Maria Rattes (PMDB) e Roberto Augusto (PTB), admitiram aceitar cinco anos. Manifestaram preferência por seis anos os deputados Francisco Dornelles (PFL), Gustavo Faria (PMDB), Alair Ferreira (PFL), Denisar Arneiro (PMDB) e Flávio Palmier.

Pluralismo — Ao permitir a coexistência — na mesma categoria de "agentes econômicos produtivos" — de empresas privadas e estatais e de "outros agentes", o anteprojeto elaborado pela Subcomissão de Princípios Gerais da Economia foi mais liberal do que a atual Constituição e do que o projeto da Comissão Afonso Arinos, elaborado ano passado por um grupo de intelectuais convidados pelo presidente José Sarney. O relator da subcomissão, deputado Virgildácio Sena (PMDB-BA), qualifica sua proposta de pluralista, pois permite não só a atividade de empresas estatais e privadas como também de companhias de propriedade coletiva ou de cooperativas.

Sala — Qualquer cidadão, independente do ponto do país onde more, poderá obter informações sobre todas as cartas já elaboradas no Brasil e em outros países, conhecer suas histórias através de recortes de jornais e revistas e, sobretudo, acompanhar o trabalho dos parlamentares que elegeu. Para isso, bastará solicitar informações por carta ou telefone à Sala da Constituinte, inaugurada pelo presidente Ulysses Guimarães, em convênio com a Fundação Pró-Memória e Ministério da Ciência e Tecnologia. Ulysses considerou a inauguração da Sala, na biblioteca da Câmara dos Deputados, como o complemento do "batismo popular" da futura Constituição.

Emergência — Um plano de emergência de reorganização da economia nacional para vigorar até junho de 1988 e a realização, naquele mês, de eleições diretas para a presidência da República foi a tese defendida pelo escritor Fernando Gabeira (foto) ao participar, em São Paulo, de um congresso sobre alimentos onde lançou seu último livro, *Diário da Salvação do Mundo*. "A crise atual é muito grave, e só o governo não enxerga isso. Até às diretas precisamos conter a alta dos preços, estabelecer os salários e tratar adequadamente a dívida externa", disse Gabeira.

Manifesto — O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), coordenador do grupo "centro-democrático" do PMDB, anunciou que lerá da tribuna da Constituinte, hoje à tarde, o manifesto contendo críticas à centralização imposta pelo presidente Ulysses Guimarães no processo de decisão do partido. Segundo ele, o documento já possui mais de 100 assinaturas e sua divulgação tem o objetivo de ampliar as discussões na cúpula partidária. Há cerca de duas semanas foi anunciada a existência do documento contra Ulysses, mas há dificuldade para atingir o número de 130 assinaturas esperado por seus organizadores. Alguns deputados não concordam com o tom pessoal das críticas a Ulysses.



Gabeira

Nordeste é pelo presidencialismo

Só Burity quer mandato de 6 anos

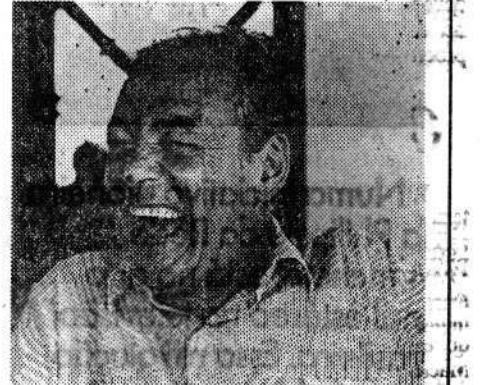
BRASÍLIA — Apenas o governador da Paraíba, Tarciso Burity — dos seis governadores do Nordeste que se reuniram com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira —, defendeu mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, preferem deixar a resposta para a Constituinte, enquanto Fernando Collor, de Alagoas, e Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte, são pelos quatro anos. A exceção de Arraes, todos são favoráveis ao presidencialismo. Se Collor, Mello e Pires dizem ter "boas relações" com a cúpula do PMDB, Burity se queixa de que "os pobres não são ouvidos" e Tasso Jereissati diz: "Somos apenas bons amigos".

Arraes e Pires foram os mais reticentes. Ao responderem sobre o sistema de governo, disseram que a questão central era a relação preços e salários, além da dívida externa. "Creio que o ideal é um presidencialismo com um Legislativo muito forte e fiscalizador.

Arquivo



Miguel Arraes



Waldir Pires

Leitão é contra mudança de atribuições do STF

BRASÍLIA — O ministro Leitão de Abreu, aposentado do Supremo Tribunal Federal e que foi duas vezes chefe do Gabinete Civil, considera injustificável a transformação do STF em tribunal constitucional. Adverte que não se deve alterar "a competência do Supremo em matéria constitucional, e nem também no que diz respeito ao julgamento dos recursos extraordinários em determinados casos, especialmente para a unificação do direito federal".



Leitão

O relatório da Subcomissão do Poder Judiciário da Constituinte, de responsabilidade do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), propõe a transformação do STF em tribunal

constitucional, de competência limitada a temas de ordem constitucional.

Segundo Leitão, existem duas formas de exercício do controle da constitucionalidade das leis. Uma é a do processo concentrado, que seria o do tribunal constitucional; a outra é a que segue o modelo norte-americano, de "controle difuso da constitucionalidade da lei", processo em que tal controle pode ser exercido por qualquer órgão do Judiciário.

"Esse último sistema", diz o ministro, "vem sendo seguido pelo Brasil há cerca de 100 anos. Em matéria de controle da lei o modelo brasileiro atual é não só original, como também muito mais abrangente. Na verdade, aqui se adotam os dois critérios. Opera-se através da censura da constitucionalidade por via incidente, e opera-se também não incidentemente, no exercício da censura da constitucionalidade da lei em tese. Num só órgão — o Supremo Tribunal Federal — o Brasil reúne os dois processos de controle: o difuso e o concentrado. Não vejo nenhuma razão para que isso seja modificado."

Assembléia cria Comissão para emendar Constituição

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio aprovou projeto de resolução que cria comissão especial, integrada por 21 deputados, que se encarregará da adaptação da Carta fluminense à nova Constituição do país, que está sendo elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte. Pelo critério da proporcionalidade, a presidência da Comissão caberá ao PMDB — vão disputá-la hoje os deputados Sérgio Diniz e Elmiro Coutinho —, a vice-presidência ao PFL e o cargo de relator ao PDT.



Rodriguez

O presidente da Assembléia, Gilberto Rodrigues, deu participação a todos os pequenos partidos na Comissão. O PMDB, majoritário com seus 18 representantes, indicará quatro

membros. O mesmo número caberá ao PDT, que elegeu em novembro passado 17 deputados. Como terceira bancada — sete parlamentares —, o PFL ganhou dois lugares.

A participação dos pequenos partidos foi defendida por Gilberto Rodrigues, Sérgio Diniz, Elmiro Coutinho e Heloneida Studart, do PMDB; Milton Temer e Godofredo da Silva Pinto, do PSB; e Jandira Feghali, do PC do B. Representam esses 11 partidos na Comissão Constitucional os deputados Daniel Eugênio (PDC), Djanir Azevedo (PTN), Rubem Bontempo (PTR), Floriano Cinélio (PMN), Veiga Brito (PL), Altino Moreira (PTB), Ernani Coelho (PT), Milton Temer (PSB), Jandira Feghali (PC do B), Noé Martins (Pasart) e Antônio Lopes (PDS). Os quatro representantes do PMDB são Elmiro Coutinho, Sérgio Diniz, Heloneida Studart e Napoleão Veloso; os do PDT Carlos Correia, Edson Ezequiel, Yara Vargas e Luís Henrique; e os do PFL Josias Avila Júnior e Albano Reis.